Liberum Ratings

RELATÓRIO TULIPA CJ FIDC NP - 1T2023

TULIPA CJ FIDC-NP

Analista Responsável **ROMULO CHARBEL**

4 De Maio De 2023

RATINGS

LEGENDA ↑ AUMENTO ↓ REBAIXAMENTO ✓ CONFIRMAÇÃO
REVISÃO + ATRIBUIÇÃO ✕ ENCERRAMENTO

FE0006-2021
FIDC - SENIOR 1

CCC(FE) ✓
CP5(FE) ✓

LONGO: ESTÁVEL
CURTO: ESTÁVEL

FE0039-2021
FIDC - SENIOR 2

CCC(FE) ✓
CP5(FE) ✓

LONGO: ESTÁVEL
CURTO: ESTÁVEL

CLASSIFICAÇÕES

FE0006-2021 / FIDC - Senior 1 / 35.819.756/0001-41

Confirmação dos Ratings CCC(FE) Longo prazo - Perspectiva Estável e CP5(FE) Curto Prazo - Perspectiva Estável em 4 de maio de 2023

Rating Inicial: Atribuição dos Ratings CCC(FE) Longo prazo - Perspectiva Estável e CP5(FE) Curto Prazo - Perspectiva Estável em 1 de fevereiro de 2021

FE0039-2021 / FIDC - Senior 2 / 35.819.756/0001-41

Confirmação dos Ratings CCC(FE) Longo prazo - Perspectiva Estável e CP5(FE) Curto Prazo - Perspectiva Estável em 4 de maio de 2023

Rating Inicial: Atribuição dos Ratings CCC(FE) Longo prazo - Perspectiva Estável e CP5(FE) Curto Prazo - Perspectiva Estável em 17 de março de 2021

SOBRE O COMITÊ 04/05/2023

PARTICIPANTES

Giovanni Chaves
Henrique Pinheiro
Jean Silva
José Marcos
Maurício Bassi
Natalia Segato
Romulo Charbel

FUNDAMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

O rating das cotas seniores do Tulipa FIDC NP está fundamentado principalmente, entre outros aspectos, pelo perfil de risco da carteira, que, por sua vez, é composta por operações oriundas de ações judiciais no Brasil movidas contra entes públicos, com sentença transitada em julgado ou não, prolatadas ou que serão prolatadas no curso de ações judiciais contra os entes federativos, podendo ser representados por precatórios já emitidos ou a serem emitidos, portanto, não existindo definição de estágio dos processos a serem adquiridos pelo fundo.

Desta forma, o desempenho das cotas depende em grande medida: (i) da evolução e do sucesso dos trâmites judiciais e burocráticos dos casos cedidos em suas respectivas etapas no ato da aquisição, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão de fato efetuados ou, caso o sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores previstos pelas partes envolvidas do fundo, de modo que tais ativos não possuem um fluxo bem definido de recebimentos, e, portanto, existe um potencial risco de falta de liquidez por longos períodos. Isso pesa ainda mais quando se leva em consideração que os recursos podem ter exposição de até 100% em um mesmo direito creditório, sendo que qualquer adição de novas ações e/ou precatórios devem passar pela aprovação em assembleia geral de cotistas; (ii) da capacidade de pagamento dos órgãos da administração direta e indireta dos entes federativos; e (iii) uma vez emitidos os precatórios, da sua inclusão no orçamento público, o que, dentro do contexto atual, com o aumento do nível de endividamento, permanece permeado de incertezas.

Dentro desse contexto, atualmente a carteira é composta ao direito de uma ação judicial em trâmite e seus horonários advocatícios e um precatório alimentar - bem como todas as ações, medidas e recursos, existentes ou futuros, que sejam a elas conexas ou incidentais ou dela decorrentes, em qualquer instância. A ação é movida por uma grande empresa do setor automotivo em decorrência do empréstimo compulsório de elétrica contra a Eletrobrás; enquanto o precatório é referente à desapropriação de terras situadas no estado do Rio Grande do Norte.

Ademais, além das aplicações realizadas no Fundo não contarem com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora Especializada, do Custodiante ou de quaisquer terceiros, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Juniores não possuem outros mecanismos de proteção e cobertura, sendo que a diferenciação entre os dois tipos de Cotas só se dá para efeitos de preferência em seus resgates/amortizações, de maneira que ambas estão mais suscetíveis aos movimentos da carteira, sejam eles positivos ou negativos.

Com isso em vista, a Liberum Ratings avalia que essas ativos possuem alto grau de risco especulativo, tendo em vista que, além do risco de falta de liquidez por um longo período, o que pode provocar oscilações expressivas na rentabilidade das Cotas, não se tem qualquer definição se de fato as ações adquiridas serão bem-sucedidas em seus respectivos processos, sendo que os cotistas poderão sofrer perdas em decorrência do valor da cessão, dos custos de monitoramento, bem como dos custos judiciais e extrajudiciais, entre outros ônus que se façam necessários.

CARACTERÍSTICAS E PARTES ENVOLVIDAS

Emitente	TULIPA CJ FIDC-NP
CNPJ	35.819.756/0001-41
Data de Registro	27/02/2020
Condomínio	Fechado
Fundo Exclusivo	Não
Prazo de Funcionamento	O Fundo terá prazo de duração de 10 (dez) anos contados da data da primeira integralização de cotas do Fundo (“Prazo de Duração”).
Principais Ativos	Ações Judiciais
Taxa Mínima de Cessão	N/A
Concentração Maior Cedente	100%
Concentração Maior Sacado	100%
Administrador	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Custodiante	Banco BTG Pactual S.A.
Gestor	BTG PACTUAL GESTORA DE INVESTIMENTOS ALTERNATIVOS LTDA

CARACTERÍSTICAS DOS ATIVOS

FIDC - SENIOR 1

Data da emissão	02/2020
Valor Unitário de Emissão	R$ 1.000,00
Quantidade de Cotas na Emissão	79,4
Remuneração Alvo	IPCA + 17,5% ao ano
Amortização / Resgate	Regime de caixa.

FIDC - SENIOR 2

Data da emissão	12/2020
Valor Unitário de Emissão	R$ 1.000,00
Remuneração Alvo	IPCA + 17,5% ao ano
Amortização / Resgate	Regime de caixa

DESEMPENHO DE FUNDO

Não houveram alterações significativas no 1T23. O patrimônio líquido do FIDC cresceu, em linha com a marcação a mercado dos ativos encarteirados, apresentando volume de R$ 145,4 milhões em março de 2023.

VETORES DE RATING

O rating das Cotas do Tulipa FIDC NP está fundamentado pelo perfil de risco e pelos critérios de elegibilidade dos ativos potencialmente securitizáveis, bem como pela alocação dos recursos remanescentes, pelo estágio avançado da ação e pela experiência da gestora. Sendo assim, a perspectiva é estável, de modo que os principais aspectos que poderão acarretar o rebaixamento do rating se referem principalmente a alterações no marco jurídico que modifiquem o procedimento que os direitos creditórios são pagos influenciando o fluxo de caixa projetado do Fundo e também, assim como decisões em relação as diversas contestações da União que possam protelar o cronograma de pagamento ou alterar o valor do precatório(s)/ação judicial.

FLUXO DE CAIXA/LIQUIDEZ

O risco de falta de liquidez é determinado principalmente pelo perfil de risco dos direitos creditórios, pelo seu prazo médio e pelas condições de resgate das cotas avaliadas. Os principais aspectos que poderão comprometer a formação de liquidez se referem principalmente ao alongamento do prazo médio dos direitos creditórios e ao aumento do nível de inadimplência, que se refletiria em redução das rendas obtidas com o fluxo de recebimento dos créditos. Ainda, o risco de liquidez, na visão da Liberum Ratings, recai sobre a qualidade dos direitos creditórios, uma vez que a principal fonte de recurso do Fundo para efetuar o pagamento da amortização das cotas é a liquidação dos direitos creditórios.

No caso do Tulipa FIDC NP, as liquidações dependem da evolução e do sucesso dos trâmites judiciais até o levantamento das quantias depositadas, uma vez que as operações são oriundas de ações judiciais no Brasil movidas contra entes públicos, com sentença transitada em julgado ou não, prolatadas ou que serão prolatadas no curso de ações judiciais contra os entes federativos, podendo ser representadas por precatórios já emitidos ou a serem emitidos, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão de fato efetuados ou, caso o sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores previstos pelas partes envolvidas do fundo, de modo que tais ativos não possuem um fluxo bem definido de recebimentos, e, portanto, existe um potencial risco de falta de liquidez por longos períodos.

CONSIDERAÇÕES

O Investidor que aplicar os seus recursos no Tulipa FIDC NP está tomando o risco de uma carteira composta por operações oriundas de ações judiciais no Brasil movidas contra entes públicos, com sentença transitada em julgado ou não, prolatadas ou que serão prolatadas no curso de ações judiciais contra os entes federativos, podendo ser representados por precatórios já emitidos ou a serem emitidos, portanto, não existindo definição de estágio dos processos a serem adquiridos pelo fundo.

Sendo assim, é possível que medidas judiciais pendentes, ajuizadas pelos devedores ou terceiros (e.g. Eletrobrás e União Federal), atrasem o pagamento ou afetem a validade, existência ou montante dos Direitos Creditórios. Desta forma, o desempenho das cotas depende em grande medida: (i) da evolução e do sucesso dos trâmites judiciais e burocráticos dos casos cedidos em suas respectivas etapas no ato da aquisição dentro dos prazos e valores previstos; (ii) da capacidade de pagamento dos órgãos da administração direta e indireta dos entes federativos; e (iii) uma vez emitidos os precatórios, da sua inclusão no orçamento público, o que, dentro do contexto atual, com o aumento do nível de endividamento, permanece permeado de incertezas.

Além disso, o Fundo poderá alocar até 100% de seus recursos em Direitos Creditórios oriundos de uma única ação judicial, de um único Cedente, Emissor e/ou de um único devedor, exposição com potencial de risco para o desempenho do fundo e a rentabilidade das Cotas.

Atualmente a carteira é composta ao direito de uma ação judicial em trâmite e seus honorários advocatícios e um precatório alimentar - bem como todas as ações, medidas e recursos, existentes ou futuros, que sejam a elas conexas ou incidentais ou dela decorrentes, em qualquer instância. A ação é movida por uma grande empresa do setor automotivo em decorrência do empréstimo compulsório de elétrica contra a Eletrobrás; enquanto o precatório é referente à desapropriação de terras situadas no estado do Rio Grande do Norte.

A tese da ação é sobre o Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica, que, por sua vez, "foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000kwh através das “contas de luz” emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica" a partir de 1977 e prorrogado duas vezes até meados da década de 1990. A legislação fixou um prazo máximo de 20 anos para devolução do empréstimo compulsório aos seus contribuintes, facultando à Eletrobras a possibilidade de antecipação dessa devolução através de conversão acionária dos créditos. No entanto, as restituições foram inferiores aos valores devidos, o que tem sido contestadado pelas empresas prejudicadas, gerando um passivo expressivo e crescente ao longo dos anos para a Eletrobrás.

Sendo assim, a Liberum Ratings avalia que essas ativos possuem alto grau de risco especulativo, tendo em vista que, além do risco de falta de liquidez por um longo período, o que pode provocar oscilações expressivas na rentabilidade das Cotas, não se tem qualquer definição se de fato as ações adquiridas serão bem-sucedidas em seus respectivos processos, sendo que os cotistas poderão sofrer perdas em decorrência do valor da cessão, dos custos de monitoramento, bem como dos custos judiciais e extrajudiciais, entre outros ônus que se façam necessários.

As liquidações dos direitos creditórios dependem do prazo de levantamento dos recursos e da liquidação propriamente dita, uma vez que as operações são oriundas de ações judiciais no Brasil movidas contra entes públicos, inexistindo qualquer garantia ou certeza de que os pagamentos serão de fato efetuados ou, caso o sejam, de que serão realizados nos prazos e nos valores previstos pelas partes envolvidas do fundo, de modo que tais ativos não possuem um fluxo bem definido de recebimentos, e, portanto, existe um potencial risco de falta de liquidez por longos períodos.

Além disso, a titularidade do Fundo quanto aos Direitos Creditórios poderá não ser reconhecida ou ser inviabilizada, assim como um terceiro poderá

alegar ser o legítimo titular dos Direitos Creditórios (devendo ocorrer assim uma disputa judicial para resolver o litígio). Desta forma, não é possível assegurar que nenhum terceiro irá contestar a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, baseado na invalidade ou fraude na cadeia da cessão decorrente de ações ou omissões do Cedente, Emissor ou do reclamante, como cessionário anterior, ou devido à existência de qualquer outro ônus decorrente de ações ou omissões do Cedente, Emissor ou do reclamante; impactando o recebimento dos pagamentos dos Direitos Creditórios para o fundo. É importante atentar que os Direitos Creditórios, sejam eles ações judiciais ou precatórios, estão sujeitos à capacidade dos seus devedores, entes públicos, em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos.

Os recursos remanescentes que não estiverem alocados em direitos creditórios podem ser alocados em ativos com baixo perfil de risco, a saber: [a] moeda corrente nacional; [b] títulos de emissão do Tesouro Nacional; [c] títulos de emissão do Banco Central do Brasil ou de instituição financeira considerada por agência classificadora de risco em funcionamento no país como de baixo risco de crédito, tais como certificados de depósitos bancários; [d] cotas de emissão de fundos de investimento classe renda fixa ou referenciado DI; e [e] operações compromissadas lastreadas nos ativos previstos no item [b].

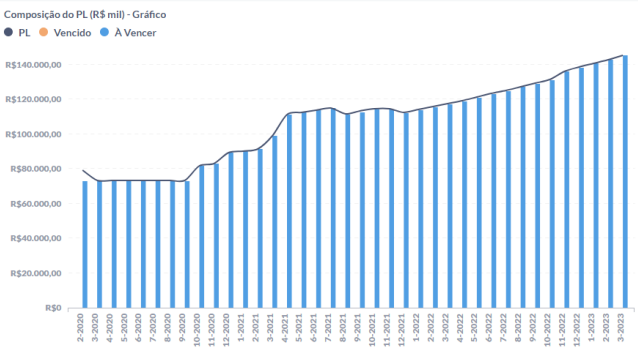
Ademais, além das aplicações realizadas no Fundo não contarem com garantia da Administradora, da Gestora, da Consultora Especializada, do Custodiante ou de quaisquer terceiros, ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas Juniores não possuem outros mecanismos de proteção e cobertura, sendo que a diferenciação entre as duas só se dá para efeitos de preferência para resgates/amortizações, e, assim, ambas estão mais suscetíveis aos movimentos da carteira, sejam eles positivos ou negativos.

Por fim, é importante atentar para o fato de que fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado. Sendo assim, o resgate das cotas só poderá ser feito a medida em que os recursos são levantados. Desta forma, em caso de liquidação antecipada, o fundo pode não dispor de recursos suficientes para pagamento aos cotistas, e caso o investidor queira se desfazer de suas cotas, poderá enfrentar baixa liquidez no mercado secundário e/ou perdas patrimoniais.

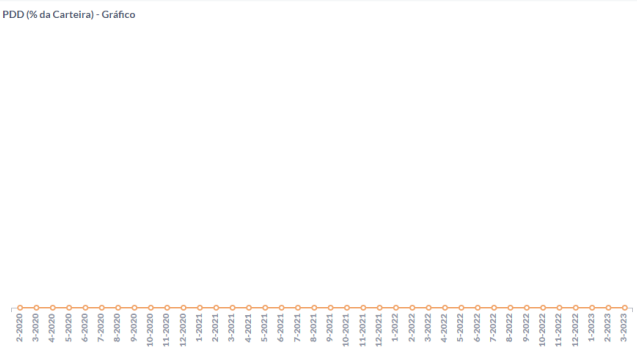
Composição do PL (R$ mil)

Mês	PL (R$)	Créditos AV (R$)	Créditos V (R$)	Op. Comp. (R$)	Fundos de Invest. (R$)	Títulos Públicos (R$)	Tesouraria (R$)	CDB (R$)	Pagar/Receber (R$)	Outros (R$)	PDD (R$)
4-2022	119.421	119.054	0	9	0	382	0	0	-23	0	0
5-2022	121.390	121.049	0	0	0	339	0	0	2	0	0
6-2022	123.296	122.984	0	56	0	260	0	0	-4	0	0
7-2022	125.235	124.950	0	28	0	263	0	0	-5	0	0
8-2022	127.395	127.140	0	9	0	254	0	0	-7	0	0
9-2022	129.400	129.172	0	17	0	220	0	0	-10	0	0
10-2022	131.339	131.139	0	26	0	185	0	0	-11	0	0
11-2022	136.171	136.001	0	33	0	150	0	0	-13	0	0
12-2022	138.494	138.374	0	0	0	151	0	0	-32	0	0
1-2023	140.831	140.788	0	0	2	77	0	0	-35	0	0
2-2023	142.795	142.794	0	0	12	26	0	0	-36	0	0
3-2023	145.360	145.399	0	0	1	0	0	0	-41	0	0

Composição do PL (R$ mil) - Gráfico



PDD (% da Carteira) - Gráfico



PL das Cotas (R$ mil)

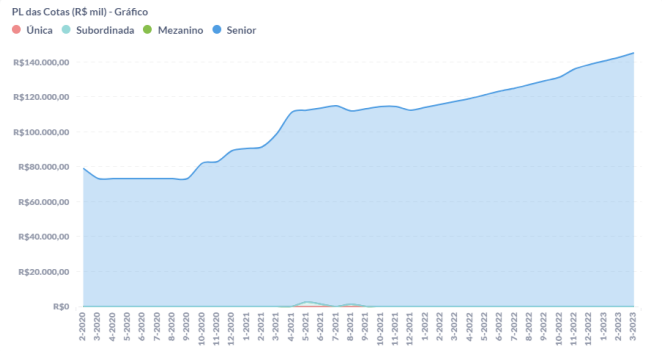
Ano	Mês	TULIPA CJ FIDC-NP		
		FIDC	Senior 1	Subordinada
2022	4	119.421	119.421	0
	5	121.390	121.390	0
	6	123.296	123.296	0
	7	125.235	125.235	0
	8	127.395	127.395	0
	9	129.400	129.400	0
	10	131.339	131.339	0
	11	136.171	136.171	0
	12	138.498	138.498	0
2023	1	140.831	140.831	0
	2	142.795	142.795	0
	3	145.360	145.360	0

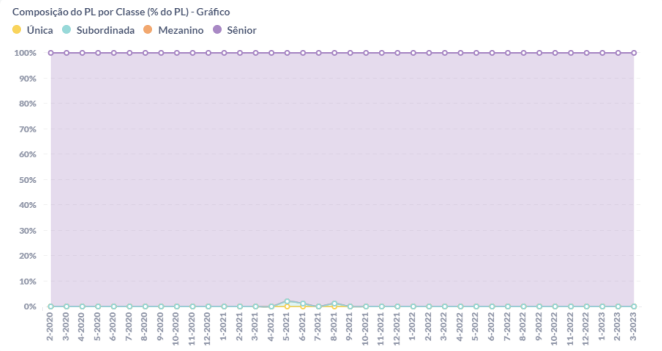
Quantidade de Cotas

		TULIPA CJ FIDC-NP	
Ano	Mês	Senior 1	Subordinada
2022	4	84.655,00	10,00
	5	84.655,00	10,00
	6	84.655,00	10,00
	7	84.655,00	10,00
	8	84.655,00	10,00
	9	84.655,00	10,00
	10	84.655,00	10,00
	11	84.655,00	10,00
	12	84.655,00	10,00
2023	1	84.655,00	10,00
	2	84.655,00	10,00
	3	84.655,00	10,00

Valor das Cotas (R$)

		TULIPA CJ FIDC-NP	
Ano	Mês	Senior 1	Subordinada
2022	4	1.410,68	0,00
	5	1.433,93	0,00
	6	1.456,45	0,00
	7	1.479,36	0,00
	8	1.504,87	0,00
	9	1.528,56	0,00
	10	1.551,46	0,00
	11	1.608,54	0,00
	12	1.636,03	0,00
2023	1	1.663,59	0,00
	2	1.686,79	0,00
	3	1.717,08	0,00





Subordinação (% do PL)

Mês-Ano	Sub. Efetiva Sênior	Sub. Mínima Sênior	Sub. Efetiva Mezanino	Sub. Mínima Mezanino	Sub. Efetiva Mezanino Master HY	Sub. Mínima Mezanino Master HY	Sub. Efetiva Mezanino HY	Sub. Mínima Mezanino HY	Sub. Efetiva Mezanino Pref.	Sub. Mínima Mezanino Pref.
4-2022	0.00%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
5-2022	0.00%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
6-2022	0.00%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
7-2022	0.00%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
8-2022	0.00%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
9-2022	0.00%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
10-2022	0.00%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
11-2022	0.00%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
12-2022	0.00%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
1-2023	0.00%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
2-2023	0.00%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-
3-2023	0.00%	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-

Captações (R$)

		TULIPA CJ FIDC-NP	
Ano	Mês	Senior 1	Subordinada
2022	4	0	0
	5	0	0
	6	0	0
	7	0	0
	8	0	0
	9	0	0
	10	0	0
	11	0	0
	12	0	0
2023	1	0	0
	2	0	0
	3	0	0

Resgates e Amortizações (R$)

		TULIPA CJ FIDC-NP	
Ano	Mês	Senior 1	Subordinada
2022	4	0	0
	5	0	0
	6	0	0
	7	0	0
	8	0	0
	9	0	0
	10	0	0
	11	0	0
	12	0	0
2023	1	0	0
	2	0	0
	3	0	0

Rentabilidade Mensal (%)

Mês	Subordinada	Única
4-2022	-13.4%	0.0%
5-2022	-5.7%	0.0%
6-2022	-29.2%	0.0%
7-2022	47.9%	0.0%
8-2022	0.0%	0.0%
9-2022	74.7%	0.0%
10-2022	-1.9%	0.0%
11-2022	1.0%	0.0%
12-2022	-10.1%	0.0%
1-2023	0.0%	0.0%
2-2023	77.6%	0.0%
3-2023	-48.7%	0.0%

Resultado Mensal (%)

Mês	Subordinada	Única
4-2022	0.0%	0.0%
5-2022	-5.7%	0.0%
6-2022	-29.2%	0.0%
7-2022	47.9%	0.0%
8-2022	-31.4%	0.0%
9-2022	74.7%	0.0%
10-2022	-1.9%	0.0%
11-2022	0.0%	0.0%
12-2022	-10.1%	0.0%
1-2023	-10.1%	0.0%
2-2023	87.5%	0.0%
3-2023	-53.3%	0.0%

CRITÉRIOS DA ANÁLISE

METODOLOGIA UTILIZADA

Metodologia(s) Liberum Ratings de Finanças Estruturadas Saiba mais em: http://www.liberumratings.com.br/pt/publications-methodologies.php

ESCALAS DE AVALIAÇÃO

Escala(s) Liberum Ratings de Crédito - Longo Prazo / Crédito - Curto Prazo Saiba mais em: http://www.liberumratings.com.br/pt/publications-scales.php

FREQUÊNCIA DE MONITORAMENTO

A política de monitoramento de ratings para esta(s) classe(s) de ativo(s) é descrita na Metodologia de Ratings de Finanças Estruturadas disponível no site da Liberum Ratings. www.liberumratings.com.br

PROCESSO DE DILIGÊNCIA SOBRE OS ATIVOS DE FINANÇAS ESTRUTURADAS

A presente avaliação se apoiou, entre outros, no uso de bases de dados históricas e comparativas para este tipo de ativo e o uso de modelos de análise proprietários, os quais consideram aspectos qualitativos e quantitativos especificamente associados a este tipo de ativo. (fe) representa o sufixo utilizado, pela Liberum Ratings, para ratings atribuídos a Finanças Estruturadas

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Privacidade e segurança são prioridades e nos comprometemos com a transparência do tratamento de dados pessoais dos nossos usuários/clientes. Por isso, estamos sob as normas da Constituição Federal de 1988 (art. 5º, LXXIX; e o art. 22º, XXX – incluídos pela EC 115/2022), das normas de Proteção de Dados (LGPD, Lei Federal 13.709/2018), das disposições consumeristas da Lei Federal 8078/1990 e as demais normas do ordenamento jurídico brasileiro aplicáveis.

DECLARAÇÕES REGULAMENTARES E INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- A Liberum Ratings está avaliando esta espécie de ativo financeiro pela primeira vez? Não
- Esta classificação foi comunicada a entidade avaliada ou partes relacionadas a ela e em decorrência desse fato, a nota atribuída foi alterada antes da emissão deste relatório? Não
- Informações posteriores a essa data podem causar a alteração da classificação ou dos fundamentos expostos neste relatório.
- As informações disponíveis para a emissão da classificação e, consequentemente, deste relatório foram consideradas suficientes e alinhadas com os requerimentos metodológicos aplicáveis para a mesma. As informações utilizadas foram encaminhadas pelo Administrador do Fundo, pelo Custodiante e pelo Consultor dos Direitos Creditórios. Também foram utilizadas informações de domínio público e privado.
- A Liberum Ratings prestou outros serviços para a entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não
- Houve serviços prestados por partes relacionadas da Liberum Ratings para entidade avaliada nos últimos 12 meses? Não
- A classificação de risco foi contratada por terceiros, outros que a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Não
- A entidade avaliada ou parte a ela relacionada é responsável por mais de 5% da receita anual da Liberum Ratings? Não.A Liberum Ratings publica anualmente a lista de entidades que representam mais do que 5% do seu faturamento em seu Formulário do Anexo 13. Acesse o formulário no site www.liberumratings.com.br.
- A Liberum Ratings, seus analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão de uma determinada classificação de risco, seus cônjuges, dependentes ou companheiros, tem, direta ou indiretamente, interesses financeiros e comerciais relevantes em relação à entidade avaliada? Não
- Os analistas de classificação de risco de crédito ou demais pessoas envolvidas no processo de emissão da classificação de risco tem vínculo com pessoa natural que trabalhe para a entidade avaliada ou parte a ela relacionada? Sim
- Os procedimentos adotados para a emissão desta classificação de risco e emissão de relatório de rating estão enquadrados nos critérios estipulados no Código de Conduta desta Agência bem como nos seus procedimentos de Controles Internos e o Compliance.
- A estrutura da operação avaliada apresenta concentração superior a 50% em um único devedor e/ou coobrigado? Não
- Há informação suficiente para a análise dos principais aspectos de governança corporativa do devedor e/ou coobrigado da operação? Não

A Liberum Ratings Serviços Financeiros Ltda. (Liberum Ratings) emite seus pareceres, opiniões e demais materiais com base em informações encaminhadas por terceiros, dados que são considerados confiáveis e precisos. No entanto, há a possibilidade de erros de ordem humana, técnica ou de qualquer outra índole na elaboração e transmissão dessas informações. Nesses casos, a Liberum Ratings não faz nenhuma representação, nem avaliza, garante ou se responsabiliza - de forma explícita ou implícita – por erros ou omissões nos dados recebidos, ou, ainda, sobre a exatidão, completude, resultados, abrangência e integridade dos mesmos.

Também não se responsabiliza por erros, omissões, resultados de opiniões ou análises que derivem de tais informações. O processo de análise utilizado pela Liberum Ratings não compreende a auditoria ou a verificação sistemática de tais informações. Eventuais investigações para a checagem desses dados variam, dependendo de fatos e circunstâncias.

Sob nenhuma circunstância, a Liberum Ratings, seus diretores, empregados, prestadores de serviços ou agentes serão responsabilizados civilmente ou de qualquer outra forma por quaisquer danos diretos, indiretos ou compensações, incluindo, mas não se limitando, a perda de dinheiro, lucros ou good will; pelo tempo perdido durante o uso ou impossibilidade de uso do website ou durante o prazo necessário para avaliação das informações recebidas e na elaboração das análises e opiniões, divulgadas ou não em seu website; por ações ou decisões tomadas com base nas opiniões da Liberum Ratings e demais informações veiculadas pelo seu website; por erros em quaisquer circunstâncias ou contingências, de controle ou não da Liberum Ratings e de seus agentes, originados pela comunicação, análise, interpretação, compilação, publicação ou entrega de quaisquer informações contidas e/ou disseminadas pelo website da Liberum Ratings.

Os ratings e quaisquer outras opiniões emitidas pela Liberum Ratings, ou outros materiais, são disponibilizados em seu website (www.liberumratings.com.br). Tais publicações são meras opiniões e devem ser interpretadas como tal. De nenhum modo e sob nenhuma circunstância devem ser consideradas como fatos ou verdades sobre a capacidade de crédito do emissor ou ativo financeiro (de crédito ou de qualquer outra índole) avaliado. Portanto, não representam, de nenhuma forma, recomendação para aquisição, venda ou manutenção de ativos em portfólio. Desse modo, as avaliações emitidas pela Liberum Ratings não são, nem substituem, prospectos ou demais informações, obrigatórias ou não, fornecidas ou apresentadas aos investidores e seus agentes na venda ou distribuição de ativos financeiros. Em razão de mudanças e/ou indisponibilidade de informações tidas como necessárias para a emissão e descontinuidade do monitoramento do rating, ou outros fatores considerados pertinentes, as classificações de risco emitidas pela Liberum Ratings podem ser alteradas, suspensas ou retiradas a qualquer momento. Os ratings públicos emitidos pela Liberum Ratings são atualizados em seu website (www.liberumratings.com.br).

Na maior parte dos casos, os trabalhos realizados pela Liberum Ratings são remunerados pelos emissores, estruturadores ou garantidores dos ativos avaliados.

Liberum Ratings

contato@liberumratings.com.br
+55 (11) 3165-4222
Rua Bandeira Paulista, N° 530, Conjunto 53, Itaim Bibi
São Paulo - SP, CEP: 04532-001